

Artigos

Césio-137: narrativa simplista



Emiliano Lobo de Godoi

Professor da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás (UFG)

A recente representação dos acontecimentos envolvendo o acidente com o césio-137 em Goiânia reacendeu debates não apenas sobre a tragédia em si, mas também sobre a atuação das autoridades públicas à época. Entre os nomes expostos sob uma lente crítica está o do então governador Henrique Santillo. No entanto, é necessário ponderar com rigor histórico e senso de justiça antes de atribuir responsabilidades de forma simplista ou anacrônica.

O acidente radiológico ocorrido em 1987 foi, antes de tudo, um evento sem precedentes no Brasil. A ausência de protocolos consolidados para lidar com material radioativo fora de instalações nucleares evidenciou uma lacuna institucional que extrapolava a esfera estadual. Tratava-se de um problema estrutural, envolvendo órgãos federais, falhas na fiscalização, desconhecimento generalizado sobre os riscos do material e, principalmente, a inexistência de áreas para disposição de rejeitos radioativos.

Nesse contexto, a atuação do governo estadual deve ser analisada à luz das condições reais enfrentadas naquele momento. Longe de uma postura omíssa, simplista ou leiga, o que se verificou foi uma mobilização e articulação com autoridades federais para conter os impactos sanitários e sociais da tragédia.

A narrativa que tende a responsabilizar sobremaneira o governador ignora, em grande medida, a complexidade federativa brasileira. A regulação e o controle de materiais nucleares são atribuições predominantemente da União. Nesse sentido, a tragédia do césio-137 expôs fragilidades sistêmicas que não podem ser personificadas em um único agente político.

É legítimo e necessário que se questionem falhas na resposta inicial, na coordenação local e na comunicação com a população. Nenhuma gestão de crise está imune a erros, em especial, nas situações de absoluta excepcionalidade. O ponto central, contudo, é que essas falhas devem ser analisadas à luz das condições concretas da época, e não a partir de parâmetros institucionais e técnicos que só se consolidaram posteriormente.

Henrique Santillo destacou-se como médico e gestor público, sendo reconhecido pela ética, coragem e amor à causa pública. Como ministro da Saú-



de, foi fundamental para tirar o Sistema Único de Saúde (SUS) do papel e transformá-lo em uma política operacional.

Relembrar o papel de Henrique Santillo não significa negar falhas ou minimizar os danos causados pelo acidente, mas sim reconhecer que a responsabilização deve ser equilibrada, contextualizada e baseada em critérios técnicos e jurídicos consistentes. A exposição negativa desproporcional, sobretudo em produções audiovisuais, pode contribuir para distorções na memória coletiva.

Revisitar o passado é um exercício necessário, sobretudo quando se trata de uma tragédia que marcou profundamente a história de Goiânia e do país. Mas esse exercício só cumpre sua função quando é guiado pela responsabilidade, pela complexidade e pelo compromisso com a verdade histórica. Sem isso, a memória deixa de ser instrumento de aprendizado e passa a ser apenas mais uma forma de jugamento.